

DESEMPENHO ECONÔMICO e MERCADO DE TRABALHO CATARINENSE à LUZ da DINÂMICA NACIONAL:



**ALGUMAS EVIDÊNCIAS
ESTATÍSTICAS a partir
dos ANOS 90**



SINE SC
www.sine.sc.gov.br

**Secretaria de Estado
da Assistência Social,
Trabalho e Habitação**



SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E
HABITAÇÃO – SST
DIRETORIA DE TRABALHO E EMPREGO

TEXTO PARA DISCUSSÃO nº 3 de 2012

**DESEMPENHO ECONÔMICO E MERCADO DE TRABALHO
CATARINENSE À LUZ DA DINÂMICA NACIONAL: ALGUMAS
EVIDÊNCIAS ESTATÍSTICAS A PARTIR DOS ANOS 1990**

Elaboração:

Leandro dos Santos – sociólogo, Msc em Sociologia Política.
Pietro Caldeirini Aruto – economista.

Florianópolis, agosto de 2012

INTRODUÇÃO

Analisar o atual comportamento do mercado de trabalho em Santa Catarina significa compreender sob quais condições um determinado contingente da população se relaciona com as atividades econômicas do estado. Essa relação, contudo, não possui determinantes exclusivamente internos ao território, ou seja, a evolução do mercado de trabalho catarinense responde ao movimento da economia brasileira e, em grande medida, reflete as tendências gerais do mercado de trabalho nacional. Além disso, a compreensão dessa relação somente pode ser tomada, no sentido de captar as suas múltiplas dimensões sociais, quando se tem em conta que os processos socioeconômicos se desenvolvem em uma perspectiva histórica, onde há movimentos de construção e reconstrução da sociedade, que condicionam a conjuntura vigente. Dessa forma, esse texto busca esclarecer, ainda que em termos introdutórios, como que as mudanças econômicas pelas quais o país passou nas últimas décadas repercutiram de forma específica sobre território catarinense, destacando o comportamento do mercado de trabalho.

Inicialmente procura-se descrever, em linhas gerais, os padrões de crescimento da economia brasileiras nas últimas décadas para, em seguida, situar o comportamento da economia catarinense no período, avaliando o desempenho das atividades econômicas no Estado. Como se observará, existe uma forte relação entre as condições prevalentes na economia brasileira e o ritmo das atividades econômicas no Estado, seja porque os setores do território catarinense refletem as determinações presentes em nível nacional, seja porque as formas de inserção das atividades no Estado são estimuladas (ou tolhidas) devido às condições presentes na economia brasileira. Em ambos os casos, essa influência se imbrica com os condicionantes internos e a expressão dessa inter-relação pode ser dimensionada a partir do comportamento do mercado de trabalho no Estado, tema que será investigado na segunda seção desse artigo.

SEÇÃO I – DINÂMICA ECONÔMICA BRASILEIRA E O COMPORTAMENTO CATARINENSE

1 – Os padrões de crescimento da economia brasileira nas duas últimas décadas

O início da década de 1990 foi marcado pela consolidação de um novo modelo de desenvolvimento econômico-social no país, o qual correspondeu a um novo tipo de inserção na economia internacional, atuação e regulação estatal e alterações no processo produtivo. Até meados da década de 1980, o Brasil teve a sua dinâmica econômica alicerçada no projeto de construção de uma estrutura industrial. Apesar de todas as deficiências e de sua incompletude, esse modelo de desenvolvimento conseguiu estabelecer um parque industrial diversificado e, para tanto, contou/estimulou uma série de transformações na sociedade, como a urbanização, aumento de participação dos assalariados no mercado de trabalho, integração nacional das regiões no processo de industrialização, etc. Toda essa transformação só foi possível mediante intervenção do Estado, no sentido de coordenar o processo de desenvolvimento, seja investindo diretamente em setores estratégicos ou estimulando o investimento privado nacional e internacional, seja realizando políticas e planos nacionais que fortalecessem esse processo.

Com o esgotamento desse padrão de desenvolvimento em meados de 1980 (devido, entre outros motivos, à crise internacional, alta do preço do petróleo e à crise da dívida externa), houve a emergência de uma nova relação entre Estado Nacional, mercado nacional e sistema internacional. Essa relação teve seu conteúdo definido por processos socioeconômicos que perpassaram, peculiarmente, todo o planeta, processos esses que ganharam notoriedade sob os termos *globalização econômica* e *neoliberalismo*. Em linhas gerais, o novo padrão de desenvolvimento propugnado nesses termos defendeu uma maior abertura comercial e financeira dos países, menor presença do Estado na economia, flexibilização trabalhista e reestruturação produtiva no sentido de racionalizar e dinamizar o processo produtivo. De modo geral, esse foi o pano de fundo básico que se erigiu no início da década de 1990 no Brasil, e foram esses processos que marcaram a condução da política econômica no período.

Os anos de 1990 se iniciam com o recrudescimento do processo inflacionário, que atinge patamares de hiperinflação, e com a política de abertura financeira e comercial

(eliminação de barreiras não-tarifárias e redução de tarifas de importações). O objetivo primordial dos governos do período, no que tange à administração econômica, foi garantir a estabilização macroeconômica e construir condições de liberdade nos mercados, incentivando a concorrência e as decisões de investimento (CARCANHOLO, 2010, p. 109). A consequência imediata dessas medidas na primeira metade da década, contudo, foi de intensa instabilidade econômica, com inflação atingindo quatro dígitos ao ano e o crescimento do produto em patamares bem reduzidos (entre 1991 e 1993, a taxa média de crescimento foi de 2,1% ao ano)¹.

A estabilização somente foi atingida com a adoção do Plano Real, em 1994. Em um primeiro momento, a queda no patamar inflacionário provocou uma elevação no poder de compra dos rendimentos, estimulando o mercado interno. Com isso, logrou-se um crescimento econômico satisfatório (5,33% em 1994 e 4,41% em 1995), principalmente devido à demanda doméstica (IPEA, 2010a, p. 62). Porém, os demais resultados macroeconômicos no período posterior evidenciaram que a política econômica adotada, a despeito do controle de preços, teve um forte viés restritivo e levou a um aumento da vulnerabilidade externa da economia. O regime de câmbio fixo valorizado e a manutenção de uma abertura comercial e financeira conduziram a um crescimento econômico diminuto (1,4 % a.a. entre 1995-1999), redução na participação do investimento no PIB, dependência dos fluxos externos de capitais, aumento da dívida externa e do passivo externo.

Imbricada a essa política econômica restritiva, o período ficou marcado por um processo de reestruturação do processo produtivo, onde as empresas dos setores mais dinâmicos e com maior capacidade de inserção externa, diante das facilidades de importação, passaram a adotar tecnologias poupadoras de força de trabalho aliadas a novas formas de gestão dos trabalhadores, procurando reagir ao aumento da concorrência internacional em busca de produtividade. Porém, essa modernização, nas condições em que foi implementada, teve efeitos deletérios sobre a indústria, gerando uma especialização regressiva na estrutura industrial (IPEA, 2010a, p. 62). Diante de tal contexto, as transformações tiveram impactos profundos sobre a estrutura produtiva brasileira e sobre o

¹ Taxa média de crescimento real com base no PIB a preços de 1980, disponível em www.ipeadata.gov.br, com acesso em agosto de 2012.

mercado de trabalho, com o aumento do desemprego e das desigualdades, queda dos rendimentos e precarização dos postos de trabalho.

A década de 2000 se inicia com um novo contorno na política econômica e na conjuntura econômica internacional. Inicialmente, a desvalorização cambial em 1999, em decorrência da fuga dos capitais externos, leva a adoção de uma política de câmbio flutuante, com a política monetária seguindo uma meta inflacionária, através da contenção/estímulo da demanda por meio do estabelecimento da taxa de juros básica da economia. A política fiscal, por seu turno, tem como objetivo a obtenção de superávits primários destinados, sobretudo, ao pagamento de juros. Essas três medidas deram o contorno da política econômica durante todo o período posterior, e são importantes para se compreender o desempenho da economia brasileira na última década.

A nova década se inicia marcada, por um lado, pela implementação de um ajuste fiscal que inibiu o aumento das atividades econômicas, por outro lado, a desvalorização cambial e o aumento da demanda internacional por *commodities* (efeito China) incentivaram as atividades exportadoras. A desvalorização – ao encarecer a importação e estimular a exportação da produção doméstica – impulsionou a geração de novos empregos, principalmente aqueles ligados às atividades exportadoras. Com isso, pode-se dizer que nos primeiros anos da década de 2000 o crescimento econômico brasileiro foi guiado inicialmente pelas exportações, o que por sua vez gerou uma espécie de ciclo expansivo do emprego-renda-emprego. Dessa forma, entre 1999-2003 a economia brasileira apresenta um crescimento de 2,3%a.a. Contudo, um crescimento econômico mais robusto ainda estava contido devido a alguns fatores presentes no período. Inicialmente, o mercado interno estava estagnado pela pouca capacidade de expansão do consumo das famílias, uma vez que o desemprego e a ampliação na desigualdade de rendimentos ainda se faziam presentes. A participação dos investimentos teve uma forte retração, oriunda da política econômica restritiva e da instabilidade no ambiente macroeconômico, influenciando as decisões de investimento. Além disso, outros eventos exógenos contribuíram para o menor crescimento, como os atentados terroristas de 2001 nos EUA, a crise argentina e o “apagão” energético de 2001.

A partir de 2003, a economia parte para um novo regime de crescimento, inicialmente devido ao aumento da renda auferida pelas exportações, mas também pela

nova postura do governo na execução da política fiscal e social, sem contar a manutenção de uma conjuntura internacional favorável. O consumo das famílias teve uma forte elevação, como decorrência do aprofundamento dos programas de transferência de renda, aumento do salário mínimo e fortalecimento do sistema de seguridade social, todos com impactos nos rendimentos das famílias mais pobres. Ao mesmo tempo, houve uma política creditícia mais arrojada, com maiores volumes concedidos às pessoas físicas. O investimento também teve um comportamento mais positivo, como resultado da ampliação da capacidade produtiva e redução nos patamares de juros. Além do comportamento da demanda agregada, deve-se ressaltar o impacto de políticas e planos setoriais que permitiram uma elevação da produtividade, ampliando os efeitos do crescimento econômico e da distribuição de renda no período pós-2003 (IPEA, 2010a).

Dessa forma, no período 2004-2008, a economia cresce a uma taxa de 4,6% a.a. e, mais do que isso, com uma expressiva geração de emprego, sobretudo formal, e aumento do rendimento médio. Os determinantes desse resultado estão relacionados, em um primeiro momento, com o bom momento cíclico da economia internacional, que elevou a sua demanda por exportações brasileiras (apesar da valorização cambial dos últimos anos) e com a relativa liquidez monetária que se fez presente no período destacado. Essa conjuntura internacional favorável permitiu, através da obtenção de uma relativa folga no balanço de pagamentos (ao contrário do que se assistiu na década passada), que o crescimento econômico pudesse também contar com a demanda doméstica, através dos instrumentos políticos destacados (IPEA, 2010a, p. 75).

No final de 2008, a emergência da crise econômica internacional freou em parte esse ímpeto, com o ano de 2009 marcado por um leve decréscimo do PIB. Apesar de 2010 ter apresentado um crescimento expressivo (7,5%) – devido à postura do governo federal em promover uma política anticíclica com base na política monetária e fiscal, medidas bancárias e intervenção no câmbio (IPEA, 2010b) – o prolongamento da crise econômica internacional, e as conturbações dela decorrentes, parece contestar o padrão de crescimento da última década, principalmente com o arrefecimento da demanda internacional, os limites de crescimento dos gastos do governo e a incerteza prevalecente nas decisões de investimentos.

Além disso, nesse momento de estagnação da economia, se evidencia os limites que a estrutura econômica brasileira apresenta, onde o crescimento econômico mais elevado deve ser atingido, não obstante o esforço de elevação do nível da demanda, pela transformação do processo produtivo, em busca de maior produtividade e complexificação do aparato produtivo. Essa necessidade esbarra justamente no padrão de crescimento alicerçado nas últimas décadas, onde a ampliação dos investimentos se vê coibida diante da manutenção da política monetária e pela elevada abertura comercial financeira, ampliando os efeitos da concorrência internacional. O resultado disso é a paulatina redução do valor adicionado da indústria na economia, processo esse que ganhou notoriedade sob o termo de *desindustrialização*.

2 – O comportamento da economia catarinense nas últimas duas décadas

O objetivo desse item é descrever o comportamento da economia catarinense, à luz das transformações socioeconômicas verificadas no país nas últimas duas décadas. Para tanto, procurou-se evidenciar o desempenho das atividades econômicas com base na divisão em grandes setores econômicos, no caso, Agropecuária, Indústria e Serviços.

Santa Catarina apresentou uma formação socioeconômica bastante peculiar em relação às diversas regiões/estados do país. É desde a ocupação do território e sua demarcação no final do século XIX que os padrões de crescimento econômico apresentaram respaldo na pequena propriedade e na formação de uma diversificada base produtiva nos espaços mesorregionais. Segundo Goularti Filho (2010) é possível constatar historicamente certos padrões de crescimento econômico que ditaram o ritmo das atividades, mesmo que de maneira diferenciada, para todas as suas regiões. Em todos esses períodos, o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina se deu com base na articulação da economia catarinense ao padrão de crescimento brasileiro, e a intervenção dos governos estaduais e federais no sentido de superar os obstáculos que estavam postos nesse processo.

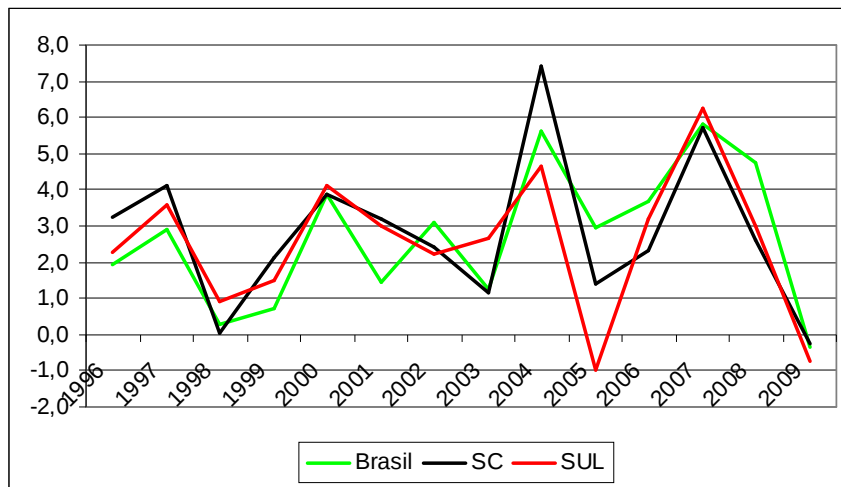
O período que se inaugurou nos anos 1990 levou a grandes transformações na socioeconomia catarinense, e impactou diretamente sobre o nível e a qualidade das ocupações do mercado de trabalho, a exemplo do que ocorreu com o país como um todo. Conforme exposto na seção anterior, o início da década de 1990 significou para o Brasil o

fortalecimento de políticas neoliberais como um modelo de Estado regulador da economia, cujas consequências imediatas foram a implementação de uma reforma no papel do Estado, principalmente com as privatizações das empresas e serviços públicos, e a abertura econômica sem precedentes, através da redução de alíquotas de importação e posterior valorização cambial pós-Plano Real. Diante do aumento dos produtos importados e da facilidade de importação de bens de capital e insumos produtivos, as empresas iniciaram um processo de reestruturação produtiva, através da adoção de novas tecnologias e gestão da força de trabalho, cujo objetivo era aumentar a produtividade e reduzir os custos. A estrutura produtiva catarinense não escapou desse processo.

Segundo Lins e Mattei (2010) a reestruturação produtiva foi amplamente adotada pelas empresas catarinenses, nos mais diversos setores: nas atividades *eletro-metal-mecânicas*, concentradas no nordeste catarinense; no ramo *têxtil-vestuarista*, presente sobretudo no Vale do Itajaí, com destaque no processo de terceirização das etapas produtivas através de microempresas; no setor *cerâmico*, concentrado na região sul do estado; na *agroindústria de suínos e aves*, sediada principalmente na região oeste, que adotou mudanças no sistema de integração entre proprietários rurais e empresas, com uma diminuição na quantidade de produtores integrados; entre outros.

Os resultados da reestruturação produtiva em Santa Catarina podem ser avaliados a partir do comportamento do PIB estadual. Segundo a série histórica disponibilizada por Lins e Mattei (2010), Santa Catarina inicia a década de 1990 imersa numa recessão, refletindo as adversidades que a economia brasileira como um todo passava. Com o Plano Real e a estabilização da moeda, que provocou um aumento dos rendimentos reais, Santa Catarina vê sua produção fortalecida diante do aumento inicial da demanda interna. Nos anos pós 1994, mesmo com o aumento da concorrência e abertura comercial, a economia tem um desempenho satisfatório. Isso pode ser visto no gráfico 1, onde Santa Catarina, assim como a região Sul como um todo, apresentou um crescimento reduzido mas superior ao verificado no país. Esse resultado está relacionado ao processo de reestruturação realizada na região que logrou aumentos de produtividade e assim permitiu obter maiores condições de concorrência nos mercados.

Gráfico 01: Variação real anual (em %) do Produto Interno Bruto –Brasil, Sul e Santa Catarina, 1996-2009



Fonte: Contas Regionais/IBGE

Elaboração: Informação e Análise do Mercado de Trabalho - SINE/SST

Essa situação se inverteria a partir dos anos 2000, mais especificamente, a partir de 2002, quando o crescimento do PIB catarinense, apesar de positivo, de modo geral foi inferior ao apresentado pelo país. Em outras palavras, justamente no momento em que a economia brasileira apresentava sinais de maior dinamismo, Santa Catarina não conseguiu acompanhar a mesma tendência. Tal fato evidencia um certo descompasso entre o padrão de crescimento do Brasil no momento atual e a sua correspondência com as atividades econômicas do Estado catarinense, uma vez que os setores que mais se expandem no país nos últimos anos são aqueles ligados aos ramos produtivos agro-minerais de commodities, e eles possuem uma presença diminuta em Santa Catarina. Além disso, o estado por contar com uma forte participação do setor industrial no total das atividades, enfrenta de maneira exponencial os obstáculos apresentados por esse setor, como fica claro no atual processo de desindustrialização pelo qual passa o país.

Tabela 1: Participação das atividades econômicas (em %) no valor adicionado bruto – Santa Catarina, 1995-2009

Atividades	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)														
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Agropecuária	9,1	8,2	7,9	8,0	8,5	8,8	8,9	9,0	10,8	9,7	8,3	6,9	7,2	8,0	8,2
Indústria	34,7	33,6	33,0	32,7	33,2	35,6	34,9	33,4	32,9	35,9	33,9	34,5	35,7	34,4	32,8
Indústria extrativa	1,6	1,6	1,8	1,7	1,7	2,0	1,7	0,4	0,3	0,4	0,4	0,3	0,3	0,4	0,3
Indústria de transformação	28,0	26,1	25,0	24,5	25,6	26,1	25,7	24,7	24,2	26,0	24,5	24,4	24,2	23,3	22,3
SIUP	0,9	1,1	1,2	1,0	1,1	2,9	3,0	3,8	3,5	4,5	4,4	4,9	6,0	5,7	4,9
Construção civil	4,3	4,8	5,1	5,4	4,9	4,6	4,4	4,5	4,8	5,0	4,7	4,8	5,2	5,1	5,2
Serviços	56,2	58,2	59,1	59,4	58,3	55,6	56,2	57,6	56,3	54,4	57,7	58,6	57,1	57,5	59,0
Comércio	12,3	11,5	12,0	12,5	12,3	11,3	11,2	10,6	11,7	12,2	13,6	14,4	13,6	15,2	15,2
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	3,1	2,5	2,3	2,6	2,2	3,2	3,5	5,0	4,0	3,5	4,2	4,5	4,7	4,1	4,5
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	11,2	10,1	9,8	10,8	11,1	10,2	10,2	11,0	10,7	9,9	10,6	10,9	11,1	11,1	11,4
Outros serviços	29,5	34,2	35,0	33,6	32,6	30,9	31,3	31,0	30,0	28,8	29,3	28,9	27,7	27,1	27,9

Fonte: Contas Regionais/IBGE

Elaboração: Informação e Análise do Mercado de Trabalho - SINE/SST

O desempenho setorial da economia catarinense ao longo dessas décadas permite precisar o comportamento verificado. De acordo com a tabela 1, a agropecuária catarinense foi dentre os grandes setores aquele que teve ao longo do período a participação mais constante, ao oscilar entre 8 a 10%, de modo geral. Contudo, na década 2000, a partir de 2003 o setor apresentou uma forte queda na participação, saindo de 10,8% até atingir em 2006, 6,9%, o menor resultado na série. A partir de então, o setor reverteu tal tendência e aumentou a sua participação, mesmo num momento marcado pela emergência da crise internacional.

Ao longo das últimas décadas, a agricultura catarinense perdeu participação no total produzido pelo país. Segundo o censo agropecuário, em 1995 a agricultura produziu cerca de 5,5% do total brasileiro, em 2006, esse valor correspondeu a 4,7%. Contudo, cabe destacar que tal tendência parece se incidir para toda a região sul, uma vez que participação catarinense na região manteve-se estável durante o período, em torno de 17,5%. A tabela 2 a seguir mostra a participação no valor total da produção dos dez principais produtos da produção vegetal catarinense. É possível constatar, inicialmente, um aumento na participação desses produtos no total produzido no estado (76,8% em 1995 para 81,2% em 2006). Dentro desses produtos, praticamente houve uma manutenção nas principais culturas agrícolas, com exceção do feijão e da madeira para papel, que perderam espaço para o

milho forrageiro e a produção de lenha. Além disso, houve uma substituição no principal produto agrícola, onde o fumo, que representava 19,5% da produção em 1995 perdeu a posição para o milho em grão, que passou a representar, onze anos depois, 20,5% do total do estado. Contudo, no intervalo destacado, em ambos os produtos houve uma queda na participação nacional, mostrando que outras regiões do país tiveram um desempenho acima do catarinense.

Tabela 2: Os dez primeiros produtos da produção vegetal segundo participação no valor total da produção (em %) e a participação no total do valor produzido no Brasil - SC, 1995 e 2006*

1995			2006		
Produtos Vegetal	% SC/BR	% SC	Produtos Vegetal	%SC/BR	% SC
Fumo em folha	39,7	19,5	Milho em grão	9,0	20,5
Milho em grão	9,7	19,5	Fumo em folha seca	30,3	17,5
Maçã (Mil frutos)	54,2	7,1	Maçã	65,1	9,8
Arroz em casca	6,2	6,1	Arroz em casca	8,2	6,6
Soja em grão	2,1	5,5	Soja em grão	1,8	6,3
Feijão em grão	10,6	4,6	Milho forrageiro	15,1	6,2
Madeira em toras	27,7	4,5	Banana	5,2	5,3
Mandioca	5,8	4,3	Madeira em tora (out. final.)	23,0	3,6
Banana	8,4	3,2	Lenha	12,4	3,0
Madeira para papel	10,1	2,4	Mandioca	3,2	2,3
Total	-	76,8	Total	-	81,2

* em 2006, valor da produção para os estabelecimentos com 50 pés ou mais de área produtiva.

Fonte: Censo agropecuário/IBGE

Elaboração: Informação e Análise do Mercado de Trabalho - SINE/SST

Na pecuária, Santa Catarina destaque-se pela forte participação no efetivo de suínos e aves (tabela 3). O efetivo de suínos no estado teve um crescimento durante o período 1985-1995 e também no seguinte, saltando de 10,5% do total nacional, para 21,1% em 2006 (movimento similar ao apresentado pela região sul). Quanto às aves, no primeiro intervalo houve uma leve queda no efetivo, mas em 2006 o montante se elevou para aproximadamente 15,5% do total brasileiro, como uma decorrência do aumento do consumo interno e da maior demanda externa. O efetivo bovino – importante para as indústrias de alimentos, principalmente de lácteos – nos dois intervalos assinalados teve uma leve queda de participação, muito em conta do crescimento superior das demais regiões do país, como o centro-oeste.

Tabela 3: Espécie de efetivo da pecuária por cabeça (em %) - Brasil, Sul, e SC, 1985, 1995 e 2006

Espécie de efetivo (cabeça)	1985			1995			2006		
	Brasil	Sul	Santa Catarina	Brasil	Sul	Santa Catarina	Brasil	Sul	Santa Catarina
Bovinos	100	19,4	2,1	100	17,1	2,0	100	13,6	1,8
Bubalinos	100	16,3	3,2	100	16,3	1,8	100	10,0	1,2
Equinos	100	21,7	2,5	100	20,0	2,3	100	16,6	1,8
Asininos	100	0,4	0,0	100	0,5	0,0	100	0,9	0,1
Muare s	100	9,7	0,4	100	6,3	0,2	100	3,7	0,2
Caprinos	100	3,7	0,5	100	2,3	0,4	100	3,7	0,6
Ovinos	100	55,1	1,0	100	42,0	1,5	100	29,5	1,4
Suínos	100	39,0	10,5	100	44,9	16,3	100	53,7	21,1
Aves	100	39,4	12,4	100	39,0	11,9	100	46,0	15,4

Fonte: Censo agropecuários

Elaboração: Informação e Análise do Mercado de Trabalho - SINE/SST

Como visto na tabela 1, o grande setor de serviços foi o que mais ganhou participação dentre as atividades econômicas do estado. O setor, que já era o maior em 1995, teve a sua participação aumentada até o final da década de 1990 (em 1999 chegou a representar 58,3% do valor adicionado bruto). A partir de então, a sua participação se reduziu levemente – em virtude dos efeitos positivos da desvalorização cambial sobre os setores produtivos da indústria e da agropecuária. Mas após atingir o seu valor mais baixo em 2004 (54,4%), apresentou outro ciclo de expansão, culminando em 59% do VAB estadual em 2009.

Em comparação com o desempenho da região sul (tabela 4), o setor de serviços catarinense ganhou uma maior participação dentro do Brasil. Entre 1995-2009, o setor na região sul como um todo teve uma ampliação de 0,4%, concentrados, sobretudo, entre 1995-2000. Santa Catarina, por sua vez, teve uma ampliação de 0,6% na participação e de forma equânime nos subperíodos. Nesse sentido, cabe destacar o desempenho do ramo do comércio e de intermediação financeira, principais responsáveis por essa dinâmica.

Tabela 4: Participação (%) dos serviços e dos seus ramos no PIB do Brasil – Região Sul e Santa Catarina, 1995, 2000 e 2009

Serviços e setores	SUL			SC		
	1995	2000	2009	1995	2000	2009
Serviços	14,9	15,2	15,3	2,9	3,2	3,5
Comércio	17,2	18,9	20,0	3,7	4,0	4,9
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	11,4	13,2	13,9	1,2	2,0	2,5
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	11,8	12,5	12,3	2,5	2,6	2,8
Outros serviços	16,7	15,5	15,3	3,4	3,3	3,6

Fonte: Contas Regionais/IBGE

Elaboração: Informação e Análise do Mercado de Trabalho - SINE/SST

Por último, a indústria catarinense segundo a tabela 1 apresenta desde a década de 1990 um movimento de perda na participação do VAB. Dentro do setor, há uma dinâmica distinta. Enquanto que os serviços industriais de utilidade e a construção tiveram um maior dinamismo ao longo da série, a indústria de transformação, que representava 28% do total em 1995, paulatinamente perdeu participação. Somente em dois momentos a indústria de transformação teve uma ruptura nessa tendência, mesmo assim, de maneira pontual: em 1999, como reflexo da desvalorização cambial, a indústria ensaiou um crescimento, aumentando a sua participação nesse ano e no seguinte; e em 2004, cujo desempenho satisfatório estava atrelado à reversão das expectativas demasiadamente pessimista em relação à posse do novo governo em 2003. Com exceção desses momentos, a tendência prevalente foi de queda na participação, onde em 2009 o setor representava apenas 22,3% do VAB catarinense. Em comparação com a região sul, a indústria catarinense revela novamente o seu pouco dinamismo, uma vez que teve um crescimento diminuto na participação brasileira entre 1995 e 2009 (0,2%), enquanto que o sul como um todo cresceu em 0,5% a sua participação.

Dentro do setor da indústria de transformação, é possível notar um comportamento distinto nos ramos de atividade. Entre 1992 e 1995, segundo os dados do IBGE da Pesquisa Indústria Anual, Santa Catarina teve um aumento na participação nacional no valor da transformação industrial, de 3,8% para 4,5%. Esse aumento na participação se deve, em parte, à fraca base de comparação que constitui o ano de 1992, notoriamente recessivo, mas também, pelo amadurecimento dos investimentos realizados no processo de reestruturação produtiva. Sem dúvida, foram justamente os setores industriais que implementaram esse processo os que lograram o maior ganho de participação dentro da produção nacional: indústria mecânica (6,7% → 8,7%); material elétrico (2,1% → 3,1%); madeira (14,3% → 17,3%); papel e papelão (7,4% → 8,5%); têxtil (3,2% → 13,2%); alimentos (6,6% → 8,2%).

Diante da mudança metodológica sofrida pela Pesquisa Indústria Anual do IBGE, não é possível agrupar os ramos para todo período a partir de 1990. Mesmo assim, é possível analisar a evolução do valor da transformação industrial catarinense, enquanto participação no total do Brasil, em subperíodos onde se torna possível manter a comparabilidade. (tabela 5).

Tabela 5: Participação (%) de Santa Catarina no valor de transformação industrial do Brasil segundo gêneros de indústrias – SC, 1996, 2000, 2006, 2007 e 2010

Atividades*	1996	2000	2006	Atividades**	2007	2010
Total	4,5	4,4	4,6	Total	4,7	4,7
C Indústrias extrativas	1,9	1,7	0,8	B Indústrias extrativas	0,9	0,6
Extração de carvão mineral	44,2	62,0	66,6	extração de carvão mineral	72,8	69,5
Extração de petróleo e serviços	-	-	-	extração de petróleo e gás natural	-	-
Extração de minerais metálicos	-	-	-	extração de minerais metálicos	0,0	-
Extração de minerais não-metálicos	2,1	4,1	-	extração de minerais não-metálicos	3,5	3,9
-	-	-	-	atividades de apoio à extração de minerais	-	-
D Indústrias de transformação	4,6	4,6	4,9	C Indústrias de transformação	5,0	5,3
produtos alimentícios e bebidas	5,0	5,9	6,8	produtos alimentícios	6,7	5,4
Fabricação de produtos do fumo	6,2	15,2	22,4	bebidas	2,6	2,8
produtos têxteis	14,1	15,6	17,5	produtos do fumo	21,1	15,4
vestuário e acessórios	21,8	22,3	22,3	produtos têxteis	18,8	21,7
artefatos de couro, viagem, calçados	1,1	1,3	2,2	vestuário e acessórios	20,9	29,1
produtos de madeira	15,2	15,4	16,8	couros, produtos de viagens e calçados	2,3	2,3
celulose, papel e produtos de papel	6,5	6,5	7,1	produtos de madeira	14,3	15,5
impressão e reprodução	1,4	1,5	2,2	celulose, papel e produtos de papel	6,8	6,6
refino de petróleo, produção de álcool	0,0	0,0	0,0	impressão e reprodução de gravações	3,8	2,8
produtos químicos	0,7	0,9	1,1	coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	0,0	0,0
artigos de borracha e plástico	6,3	7,6	7,2	produtos químicos	1,6	1,7
produtos de minerais não-metálicos	7,1	6,0	5,7	produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,5	1,2
metalurgia básica	1,1	1,1	2,1	produtos de borracha e de material plástico	8,6	8,3
produtos de metal - exceto máquinas	2,4	4,1	4,7	produtos de minerais não-metálicos	6,5	6,2
máquinas e equipamentos	9,7	11,0	8,3	Metalurgia	2,4	4,8
máquinas para escritório e informática	0,3	0,3	0,4	produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	5,3	5,1
máquinas e materiais elétricos	5,5	6,7	12,8	equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos	2,5	2,6
material eletrônico, comunicações	0,7	1,0	1,1	máquinas, aparelhos e materiais elétricos	17,1	16,5
hospitais, precisão e ópticos, automação	2,8	3,5	3,7	máquinas e equipamentos	7,8	6,4
fabricação montagem de veículos automotores ...	2,2	2,9	2,6	veículos automotores, reboques e carrocerias	2,3	1,7
outros equipamentos de transporte	0,9	0,6	1,5	outros transporte, exceto veículos automotores	1,2	3,7
móveis e indústrias diversas	8,2	7,0	8,5	móveis	9,2	7,8
reciclagem	0,4	1,8	7,3	produtos diversos	6,9	4,4
Outros	-	-	-	manutenção e instalação de máquinas ...	3,2	2,6

Fonte: * Pesquisa Industrial Anual Empresas; ** Pesquisa Industrial Anual Empresas/IBGE
Elaboração: Informação e Análise do Mercado de Trabalho - SINE/SST

No período compreendido entre 1996 e 2006, Santa Catarina eleva a sua participação no total da produção da indústria de transformação, principalmente no subperíodo 2000-2006, quando o Estado contava com quase 5% do produto industrial nacional. De modo geral, é possível identificar três padrões de comportamento dos gêneros industriais no Estado, de acordo com a sua participação no total nacional. O primeiro grupo é formado pelas empresas que nos três anos selecionados apresentaram uma expansão no total produzido, esse é o caso dos ramos de produtos alimentícios, fumo, têxtil-vestuário, madeira, metal (exceto máquinas), máquinas e materiais elétricos.

No segundo grupo estão os segmentos que apesar do crescimento verificado entre 1996-2000, no momento seguinte reduziram a sua participação, mostrando uma menor

dinâmica. Entre esses setores, destacam-se: artigos de borracha e plástico, minerais não metálicos e veículos automotores. O último grupo é formado pelos ramos industriais que tiveram um melhor desempenho a partir da década 2000, como por exemplo: celulose e papel, metalurgia básica e móveis. A identificação desses setores é importante para em investigações posteriores se averiguar quais as condições dentro da indústria catarinense permitiram que alguns setores se expandissem e outros, tivessem um comportamento mais aquém.

No período mais recente, 2007-2010, a indústria de transformação catarinense eleva novamente a sua participação no total brasileiro, de 5% para 5,3%. Essa situação pode ser explicada pelos seguintes fatores. A indústria de transformação catarinense, a exemplo do Brasil, passa por um processo de desindustrialização, o qual pode ser entendido como a redução das atividades industriais no total da economia. Contudo, tal fenômeno parece atingir de maneira mais intensa o Brasil do que o estado, por isso a participação catarinense ter aumentado ao longo do período, mesmo com a sua redução dentro do território. Além disso, se computarmos o total da indústria (que incluiu a indústria de transformação mais a extrativa) percebemos que o desempenho catarinense está estagnado (4,7% em 2007 e 2010). Isso se deve ao maior peso e crescimento elevado que a indústria extrativa teve no país e a praticamente inexistência dessas atividades em Santa Catarina (com exceção da extração de carvão mineral, que passa por uma crise desde o começo dos anos de 1990).

Em relação ao desempenho dos ramos da indústria de transformação nesse período recente, os setores que tiveram a maior expansão foram: produtos têxteis e vestuário, madeira, metalurgia e transportes (exceto veículos). As perdas ficaram a cargo dos setores: alimentos, fumo, celulose, máquinas, material elétrico, veículos automotores e móveis. Com isso, a expansão catarinense na indústria de transformação ao longo desses quatro anos parece ter se concentrado em alguns poucos setores, uma vez que a maioria dos ramos ou tiveram uma estagnação ou mesmo reduziram a sua participação. Esse comportamento dá sinais de que o impacto dos processos decorrentes da crise mundial sobre o estado atingiram o setor de maneira diferenciada, o que ainda se verifica após o fim da década 2000.

SEÇÃO II – DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO

As alterações na dinâmica da atividade produtiva nas últimas duas décadas e aspectos relativos ao movimento demográfico mais recente repercutiram, por consequência, na evolução e composição da ocupação da força de trabalho em Santa Catarina. A tabela 6 a seguir, mostra a variação dos trabalhadores ocupados, por posição na ocupação e o crescimento da população economicamente ativa nas duas últimas décadas, verificadas em Santa Catarina, na região Sul e no Brasil².

Em relação ao crescimento da PEA, verifica-se que em Santa Catarina a variação foi superior ao registrado no Sul e no Brasil, tanto na década de 90 quanto na primeira década do século XXI³, sendo acentuadamente maior em relação ao conjunto dos estados sulinos. Na década de 90, a diferença na variação foi da ordem de 7,2%, correspondente ao crescimento de 16,8% em SC e 9,6% no Sul. Na década seguinte, a diferença se manteve próxima disso, em 7,4% no período entre 2009/2002. A par disso, os dados do CENSO de 2010 quando comparados com os de 2000 revelam que, enquanto o crescimento do total da população foi de 17% em Santa Catarina, no conjunto dos estados da região Sul foi de 9%.

Os dados referentes ao crescimento da PEA em SC nas duas últimas décadas demonstram, portanto, um maior vigor na expansão da força de trabalho em solo catarinense, tanto em relação ao contexto regional quanto nacional. Uma vez que as taxas de fecundidade em SC⁴ não apresentam discrepâncias que pudessem resultar em um aumento tão expressivo da população através de fatores endógenos, um fenômeno que parece explicar o incremento significativo da população, e da população economicamente ativa em específico, está vinculado à migração interestadual.

Para se ter uma idéia da importância da participação de pessoas não naturais do Estado de Santa Catarina no total de sua população residente, segundo o Censo de 2010,

² Optou-se por dados extraídos da PNAD em detrimento do CENSO, em razão de uma melhor compatibilidade metodológica ao longo dos períodos selecionados.

³ A não ser que acompanhada com uma outra especificação, quando nos referirmos no texto às décadas de 1990 e 2000, estamos especificamente tratando dos anos compreendidos entre 1999/1992 e 2009/2002, conforme expresse nas tabelas.

⁴ Conforme levantamento do IPEA a fecundidade em Santa Catarina é menor do que no Brasil e semelhante à média da região Sul. No Brasil já apresenta taxa de fecundidade (1,90) abaixo do nível considerado necessário à reposição (2,10), significando que nossa população começará a decrescer daqui a cerca de 30 anos. No caso de Santa Catarina (1,65) e do Sul (1,62), os crescimentos vegetativos estão ainda mais lentos do que o nacional (IPEA, 2012).

essa proporção era de 18% - enquanto na região Sul, desconsiderando SC, a proporção era de 10%. Das pessoas não naturais no Estado catarinense, cerca de 51% estavam residindo ininterruptamente a menos de dez anos em Santa Catarina.

Dentre os fatores que motivam a migração está a procura de uma melhor qualidade de vida, no qual se subentende também as possibilidades abertas por um mercado de trabalho dinâmico. No entanto, a migração estadual se direciona principalmente para os maiores centros urbanos e, atrelado à migração da população rural que se encontra em dificuldades produtivas e sociais no interior do Estado, ocorre uma concentração demográfica que se dá principalmente na faixa litorânea, o que gera um impacto considerável sobre o meio ambiente natural e social. Disso resulta a importância da dimensão espacial para o planejamento socioeconômico estadual (LINS, 2003; MATTEI e LINS, 2001).

A variação positiva e acima da média regional e nacional do conjunto da PEA catarinense reflete o ritmo de crescimento econômico e do mercado de trabalho. O número total de ocupados em SC aumentou 12,7% entre 1999/1992 e 16,4% entre 2009/2002. Na comparação com a região Sul, isto equivale a uma diferença de 7% e 6%, respectivamente.

Tabela 6: Variação de extratos populacionais e por posição na ocupação no trabalho principal (em %) – Brasil, Região Sul e SC, 1992/1999 e 2002/2009

População e Posição na ocupação no trabalho principal	variação 1999/1992			variação 2009/2002		
	SC	SUL	BR	SC	SUL	BR
PEA	16,8	9,6	13,4	17,4	10,0	16,3
Total de Ocupados	12,7	5,7	9,6	16,4	10,3	17,3
Empregados	16,0	8,9	7,6	30,1	24,1	26,8
Trabalhadores domésticos	27,0	18,0	22,5	-1,0	9,5	18,2
Conta própria	10,7	10,0	17,0	9,0	0,3	7,9
Empregadores	57,8	26,7	21,4	47,8	34,8	19,1
Trabalhadores na construção para o próprio uso	2,5	20,4	-26,1	-42,1	-40,1	-30,9
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	86,1	2,7	-0,2	-21,9	-23,1	20,5
Não remunerados	-23,0	-19,7	-2,5	-30,5	-32,9	-26,3

Fonte: PNAD/IBGE 1992;1999;2002;2009

Elaboração: Informação e Análise do Mercado de Trabalho - SINE/SST

Nota: 1 - Até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em relação à posição dos trabalhadores na ocupação em SC, enquanto na última década se verificou um maior crescimento dos ocupados na posição de empregadores (47,8%), na década anterior foi na condição de trabalhadores na produção para o próprio consumo (86,1%), seguindo pelos empregadores (57,8%). Na região Sul, nas duas décadas, foi os empregadores a ter o maior aumento no número de ocupados; enquanto no Brasil, na

década de 90, viu-se uma maior variação dos trabalhadores domésticos, e na década seguinte, dos ocupados na categoria de empregados.

As variações acima apontadas fizeram com que a proporção dos trabalhadores na condição de empregados em SC passa-se de 48,8% em 1992 para 61,7% em 2009 (tabela 7). Em 1992, a proporção de empregados no Estado era inferior ao observado no país como um todo (52,3%). Com o crescimento dos empregados nas últimas duas décadas em SC sendo maior que no Sul e no Brasil, a proporção de empregados no Estado se tornou superior ao registrado nas duas outras unidades de referência. A participação dos empregadores na composição do total de ocupados se tornou também superior, indo de 3,7% em 1992 para 6,6% em 2009.

Na posição de não remunerados é que se observa um expressivo decréscimo na participação em todas as unidades territoriais analisadas, mas principalmente em SC e na região Sul. No Estado catarinense a participação dos não remunerados saiu de 18,2% em 1992 para 6,3% em 2009, sendo que tal fenômeno reflete a queda no montante de ocupados no grupo de atividade agrícola, como veremos a seguir. Ainda assim, a proporção dos não remunerados em SC permanece superior ao que consta no Sul e no Brasil.

Os indicadores relativos à formalização das condições de trabalho auxiliam a mapear o panorama do mundo do trabalho e a avaliar em termos qualitativos as ações no mundo do trabalho. Isso porque tanto o empregado com carteira assinada quanto no universo mais amplo das pessoas que contribuem para a previdência têm assegurado uma série de benefícios sociais, como por exemplo, a aposentadoria e o auxílio doença.

Tabela 7: Proporção dos ocupados segundo a posição na ocupação (em %)

Posição na ocupação no trabalho principal	Participação no total de ocupados					
	1992			2009		
	SC	SUL	BR	SC	SUL	BR
Empregados	48,8	48,3	52,3	61,7	58,6	58,6
Trabalhadores domésticos	4,7	6,0	6,7	4,9	6,7	7,8
Conta própria	20,4	20,7	21,7	17,3	19,0	20,5
Empregadores	3,7	3,9	3,7	6,6	5,8	4,3
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	4,0	5,9	4,9	3,1	3,8	4,1
Não remunerados	18,2	15,1	10,5	6,3	5,9	4,6

Fonte: PNAD/IBGE 1992;1999;2002;2009

Elaboração: Informação e Análise do Mercado de Trabalho - SINE/SST

Nota: 1 - Até 2003, exclusiva a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Os estudos sobre o mundo do trabalho na década de 90 estão repletos de afirmações sobre suas transformações oriundas da reestruturação produtiva, potencializada pela abertura comercial, cujas marcas fundamentais foram a flexibilização das relações de trabalho e terceirização das atividades. Em vista disso, nas três unidades territoriais em análise houve, na década de 90, um recuo da participação de empregados com carteira assinada sobre o total da força de trabalho. Em SC a proporção de empregados com carteira assinada caiu de 34,2% em 1992 para 32,5% em 1999. Já quando se considera os ocupados que contribuíam não se verifica redução – a exceção de leve queda verifica no país como um todo. Em SC esse contingente foi de 50,7% em 92 para 52,1% em 99. Isso demonstra que mesmo em um contexto de precarização das relações de trabalho e em que o mercado de trabalho formal gerava menos vagas, houve um aumento da contribuição individual dos ocupados que ficavam à margem e, portanto, sem uma cobertura em termos previdenciários.

De modo inverso, na primeira década do século XXI assiste-se a um maior crescimento econômico e a uma expansão do mercado de trabalho formal. Isso pode ser visto conforme os indicadores da tabela 8, em que se observou um salto no grau de formalização num período de dez anos. Em 2009 o Estado catarinense mantém o patamar histórico de apresentar taxas de formalidade do trabalho mais altas que o restante do Brasil. Neste ano aproximadamente 70% da força de trabalho se encontrava coberta pela previdência, e total de assalariados com carteira de trabalho assinada representava 42,3% do total de ocupados no Estado. No Brasil, mesmo com o bom desempenho do mercado vivenciado na última década, a taxa de 34,9% de empregados com carteira assinada em 2009 se encontrava bem próximo do que se registrava em SC no ano de 1992, o que revelaria a constituição no Estado, de um “mercado de trabalho até certo ponto estável e, de certa forma, bem desenvolvido” (MATTEI e LINS, 2001).

Tabela 8: Proporção de trabalhadores formais segundo alguns indicadores

Indicadores de Formalização	SC			Sul			BR		
	1992	1999	2009	1992	1999	2009	1992	1999	2009
Empregados com carteira assinada	34,2%	32,5%	42,3%	28,2%	26,3%	39,3%	20,5%	18,3%	34,9%
Ocupados contribuintes à Previdência	50,7%	52,1%	69,6%	45,8%	49,1%	61,2%	43,6%	43,5%	53,5%

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Informação e Análise do Mercado de Trabalho – SST/SINE.

No que diz respeito à variação da população ocupada segundo os grupamentos de atividade econômica (tabela 9), percebe-se que nos dois períodos e nas três unidades territoriais aqui observados, houve redução expressiva no contingente de ocupados na atividade agrícola. No setor de serviços foi onde se registrou o maior crescimento de ocupados na década de 90 em SC, no Sul e no Brasil. Já na década seguinte, foi no comércio onde se verificou o maior aumento no contingente de ocupados em SC e no Sul, enquanto no Brasil, foi no setor ligado à administração pública, mas seguido de perto por quase todos os outros grupos de atividade à exceção da agrícola.

Tabela 9: Variação da população ocupada por grupamentos de atividade do trabalho principal (em %)

Grupamentos de atividade	variação 1999/1992			variação 2009/2002		
	SC	SUL	BR	SC	SUL	BR
Total	12,7	5,7	9,6	16,4	10,3	17,3
Agrícola	-11,4	-17,4	-6,1	-17,4	-20,5	-3,9
Indústria	17,1	8,9	3,7	20,0	17,2	21,6
Comércio	18,4	15,7	21,2	38,8	24,0	21,6
Serviços	39,4	27,1	23,6	25,1	17,7	21,6
Adm. Pública	31,5	10,7	10,8	26,4	17,8	22,7

Fonte: PNAD/IBGE 1992;1999;2002;2009

Elaboração: Informação e Análise do Mercado de Trabalho - SINE/SST

Nota: 1 - Até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Dentre as variações acima notificadas, destaca-se o ocorrido na atividade agrícola, onde a proporção de ocupados sobre o total da população ocupada em SC se reduziu em praticamente vinte pontos percentuais, ao despencar de 36% em 1992 para 17% em 2009 (tabela 10). Observa-se que em 92, a atividade agrícola respondia por mais de um terço dos ocupados no Estado, patamar próximo ao verificado na região Sul. No país, já em 1992 o setor de serviços respondia pela maior parte dos trabalhadores, o que se manteve em 2009.

Em contrapartida ao expressivo decréscimo na área agrícola em SC, a proporção dos ocupados no comércio passou de 9% em 1992 para 19% em 2009. A proporção dos ocupados na indústria cresceu dois pontos percentuais, elevação similar ao ocorrido em todo o Brasil e na região Sul.

Tabela 10: Participação dos ocupados nos grupamentos de atividade sobre o total de ocupados no trabalho principal (em %)

Grupamentos de atividade	Participação do setor no total de ocupados					
	1992			2009		
	SC	SUL	BR	SC	SUL	BR
Agrícola	36	34	28	17	18	17
Indústria	27	22	20	29	25	22
Comércio	9	11	12	19	18	18
Serviços	23	28	32	24	27	30
Adm. Pública	3	4	5	4	4	5
Outras atividades, mal definidas	1	2	2	7	8	8

Fonte: PNAD/IBGE 1992;1999;2002;2009

Elaboração: Informação e Análise do Mercado de Trabalho - SINE/SST

Nota: 1 - Até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. 2 - A partir de 2007: as categorias Sem declaração e Não-declaradas não foram investigadas.

O crescimento econômico mais aumento da força de trabalho correspondeu ao crescimento na quantidade de estabelecimentos com vínculos de emprego ativo em SC, que superou nas duas últimas décadas, as taxas de crescimento verificadas tanto no Sul como no Brasil (ver tabela 11).

Tabela 11: Variação da quantidade de estabelecimentos com vínculos de emprego ativo segundo os subsetores de atividade econômica (em %)

Subsetor	variação 2000/1990 (em %)			variação 2010/2000 (em %)		
	SC	SUL	BR	SC	SUL	BR
01-Extrativa Mineral	54,2	38,3	34,6	3,8	4,0	22,0
02-Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	34,4	19,3	19,5	47,5	33,2	27,6
03-Indústria Metalúrgica	120,8	81,5	47,2	78,0	65,2	49,8
04-Indústria Mecânica	61,7	20,7	0,3	138,0	118,5	105,6
05-Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	64,5	32,3	-13,1	80,0	56,6	38,2
06-Indústria do Material de Transporte	71,9	72,3	64,6	65,5	52,2	41,5
07-Indústria da Madeira e do Mobiliário	23,3	28,8	14,8	17,3	14,6	13,1
08-Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	97,4	64,4	43,4	86,1	63,3	44,0
09-Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	9,0	11,3	-20,5	77,3	46,4	50,4
10-Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria	239,9	123,2	70,2	52,6	42,9	31,5
11-Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	108,3	56,9	9,7	78,1	63,8	49,8
12-Indústria de Calçados	-22,9	17,4	-10,5	44,9	49,3	50,9
13-Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etílico	105,1	79,8	84,1	53,6	29,3	26,3
14-Serviços Industriais de Utilidade Pública	16,2	-14,8	9,6	88,0	67,9	33,1
15-Construção Civil	139,8	113,7	96,2	105,4	76,1	66,9
16-Comércio Varejista	129,6	92,9	81,0	75,6	67,5	65,7
17-Comércio Atacadista	114,0	67,8	46,6	113,4	66,9	51,9
18-Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	116,5	63,2	75,0	53,7	53,6	42,3
19-Com. e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico...	97,7	78,0	91,5	62,5	41,7	42,8
20-Transportes e Comunicações	163,8	159,2	175,3	90,9	91,4	91,7
21-Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação...	42,9	42,4	35,9	62,9	47,2	54,1
22-Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	317,7	290,2	306,4	58,5	34,4	32,4
23-Ensino	705,0	434,9	264,3	47,6	58,8	58,4
24-Administração Pública Direta e Autárquica	36,4	33,4	40,9	30,5	-2,9	10,8
25-Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal	541,4	791,5	844,2	51,8	13,6	27,3
Total	109,5	98,1	92,0	70,4	52,7	52,0

Fonte: RAIS/MTE.

Elaboração: Informação e Análise do Mercado de Trabalho - SINE/SST

O crescimento dos estabelecimentos em SC atingiu a marca de 109,5% na década de 90. Dentre os subsetores em que se verificou o maior aumento, destacaram-se o Ensino

(705%), a Agropecuária (541%) e Serviços médicos (317%). O único subsetor a apresentar queda no período foi o da Indústria de calçados (-23%).

Na primeira década do século XXI, a variação dos estabelecimentos em SC foi de 70,4%. Os subsetores que registraram o maior crescimento no número de estabelecimentos foram a Indústria do material elétrico e de comunicações (138%), Comércio atacadista (113%) e Construção civil (105%). Em nenhum dos subsetores houve encolhimento no número de estabelecimentos nesse período, tanto em SC como nas outras duas unidades de análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto procurou traçar um paralelo entre as mudanças na economia brasileira e aquelas ocorridas em solo catarinense a partir de 1990. Como visto, Santa Catarina acompanhou as tendências gerais presentes no país, com uma diminuição em termos históricos no crescimento do PIB, como fruto da nova forma de relação do Brasil com o sistema econômico internacional. Mesmo assim, em termos relativos, o Estado de Santa Catarina obteve um crescimento econômico acima da média nacional durante os anos de 1990, em grande parte devido à implementação de novas técnicas produtivas e organizacionais, as quais se imbricaram com as especificidades econômicas e sociais do estado. As conseqüências sobre o mercado de trabalho foram diversas, e mostraram-se de certa forma perniciosas: aumento de empregos informais, menor ritmo de crescimento dos empregos industriais, expulsão da população rural, entre outras. Mesmo assim, se comparado com o Brasil, ou mesmo com o Sul, o Estado conseguiu manter tais processos em níveis suportáveis, com manutenção do nível de formalidade e de geração de empregos.

A partir da década 2000, Santa Catarina apresentou um movimento de certa forma inverso. A dinâmica econômica no Estado se mostrou aquém da verificada no país, por conta, sobretudo, do padrão de crescimento brasileiro que privilegia a inserção internacional de produtos agropecuários e minerais e de uma estrutura econômica-industrial que dificulta uma maior capacidade de investimento, vital em momentos de concorrência internacional, inclusive no mercado interno. Apesar das dificuldades da economia, o mercado de trabalho catarinense manteve a criação de empregos na referida década, com forte expansão daqueles de caráter formal.

O desafio, portanto, dessa nova década que se inicia é não só desenvolver as atividades econômicas no Estado como um todo, mas com atenção às dimensões espaciais e a questões demográficas em toda a sua complexidade – como as relacionadas a gênero, juventude, raciais, migração, do nível de instrução e habilidades, etc -, e que elas se dêem de forma a garantir melhores condições de ocupação e rendimento, sendo que o trabalho, talvez, se configure em nosso maior ativo.

REFERÊNCIAS

CARCANHOLO, M. D. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: MAGALHÃES, J. P. A. (org.). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010, p. 109-131.

GOULARTI FILHO, Alcides. Formação Econômica de Santa Catarina: uma tentativa de síntese. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes (orgs.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó, SC: Argos, 2010. p. 29 – 62.

IPEA. O regime de crescimento econômico brasileiro: uma apreciação sobre o período 1995-2009. In: IPEA. **Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2010a, p. 57-84.

_____. Políticas econômicas para superação da crise no Brasil: a ação anticíclica em debate. In: IPEA. **Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2010b, p.39-55.

_____. **Situação social nos Estados: Santa Catarina**. Brasília: IPEA, 2012

LINS, H. N. Transformações Econômicas e reflexos espaciais no Brasil Meridional. In: GONÇALVES, M. F. et al (orgs). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora Unesp:ANPUR, 2003, p. 499-517;

MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. Liberalização econômica e reestruturação produtiva: reflexos em Santa Catarina no limiar do novo século. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes (orgs.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó, SC: Argos, 2010. p. 109 - 155.

_____. **A socioeconomia catarinense no limiar do séc. XXI**. Texto para discussão, Departamento de Ciências Econômicas/UFSC. Florianópolis, n.8, 2001